



Declaração de Prevenção da Lavagem de Capitais e do Financiamento do Terrorismo

1. INFORMAÇÃO INSTITUCIONAL

- **Nome:** Banco Interatlântico, S.A.
- **Morada:** Av. Cidade de Lisboa
CP 131 – A - Praia
Santiago, Cabo Verde
- **Código SWIFT:** CGDI CV CP
- **Estatuto jurídico:** Sociedade Anónima
- **Accionistas:** 70% - Caixa Geral de Depósitos, S.A.
30% - Privados
- **Entidades de Supervisão:** Banco de Cabo Verde (www.bcv.cv) e Auditoria Geral do Mercado de Valores Mobiliários
(<http://www.bcv.cv/vPT/Mercado%20de%20Capitais/Paginas/MercadodeCapitais.aspx>)
- **Código de Instituição Financeira:** 5
- **Auditores Externos:** Ernest & Young Audit & Associados - SROC, S.A
- **Contacto:** *Compliance* – Gabinete de Função *Compliance*
Morada: Av. Amílcar Cabral nº 18, CP 131-A - Santiago, Cabo Verde
Telefone: 238 260 25 43
Fax: 238 261 53 69
E-mail: gfc@bi.cv



2. NORMATIVO NACIONAL E INTERNACIONAL CONSIDERADO RELEVANTE

Normas e Recomendações Internacionais

- 40 Recomendações do FATF/GAFI, sobre o branqueamento de capitais e sobre o financiamento do terrorismo, elaboradas em 1990, revistas em 1996, 2003, 2004 e 2012, integrando, na última revisão, as 9 recomendações específicas sobre o financiamento do terrorismo (elaboradas em 2001 e atualizadas em 2004) - constituem um quadro avançado, completo e consistente de medidas de combate a lavagem de capitais e ao financiamento do terrorismo.

O Banco Interatlântico, S.A. tem adicionalmente adotado as medidas e políticas implementadas e recomendadas a nível corporativo pelo acionista maioritário, a Caixa Geral de Depósitos, S.A.

Legislação e Regulamentação Nacional

- Lei n.º 85/III/90, de 6 de Outubro - controlo público dos titulares de cargos políticos indicando os cargos aplicáveis a estes titulares, bem como as obrigações a que estão sujeitos.
- Lei n.º 78/IV/93 de 12 de Junho – Lei da Droga.
- Lei n.º 119/VIII/2016 de 24 de Março – altera a Lei nº 27/VIII/2013, de 21 de Janeiro que estabelece as medidas de natureza preventiva e repressiva contra o terrorismo e o seu financiamento.
- Lei n.º 120/VIII/2016 de 24 de Março – altera a Lei nº 38/VIII/2009, de 27 de Abril que estabelece as medidas destinadas a prevenir e reprimir o crime de lavagem de capitais, bens, direitos e obrigações.
- Decreto-Lei nº 9/2012 de 20 de Março – regula a organização, competência e funcionamento da Unidade de Informação Financeira- UIF.
- Aviso nº 05/2017 do Banco de Cabo Verde – visa ditar regras de boa prática bancária, com o propósito de combater a lavagem de capitais e de outros bens, bem como de acompanhar e fiscalizar a aplicação das regras e medidas de prevenção da lavagem no sector bancário e financeiro de Cabo Verde.
- Código Penal.
- Código de Valores Mobiliários.



3. MEDIDAS DE PREVENÇÃO DA LAVAGEM DE CAPITAIS (PLC) E DO COMBATE AO FINANCIAMENTO DO TERRORISMO (CFT) NAS UNIDADES INTERNACIONAIS DA CGD

Nas unidades internacionais sob o controlo da CGD encontram-se definidas políticas e procedimentos que asseguram que as operações são realizadas de acordo com a legislação doméstica respectiva, no que diz respeito à PLC e ao CFT.

Segundo a política interna da CGD e aplicável no respectivo Grupo (em obediência ao artigo 29.º da Lei 25/2008 de Portugal), as suas sucursais e filiais em países terceiros aplicam medidas equivalentes às portuguesas, em relação à identificação dos clientes, banca de correspondentes, conservação de documentos e formação.

Encontram-se, também, implementadas políticas e procedimentos internos de *compliance*, nomeadamente quanto a controlo interno, avaliação e gestão do risco e auditoria, de forma a prevenir a lavagem de capitais e o financiamento do terrorismo.

Sempre que a legislação de países terceiros não permitir a aplicação de todas as medidas nas instituições financeiras, a CGD informa a autoridade supervisora (Banco de Portugal) desse facto e adopta medidas adicionais para prevenir o risco de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo.

4. MEDIDAS DE PREVENÇÃO DA LAVAGEM DE CAPITAIS E DE COMBATE AO FINANCIAMENTO DO TERRORISMO NO BI (PLC/CFT)

O BI adoptou políticas e procedimentos internos que asseguram o cumprimento da legislação nacional respeitante a PBC/CFT.

O BI tem um programa de PBC/CFT que identifica, mitiga e gere o risco de lavagem de capitais e de financiamento do terrorismo. O programa foi aprovado pela Comissão Executiva.

Uma vez que Cabo Verde é membro do GIABA – Grupo Intergovernamental de Ação Contra o Branqueamento de Capitais na África Ocidental (que por sua vez é membro do GAFI) e por pertencer ao Grupo CGD, o BI aplica as seguintes políticas e procedimentos:

- **Conhecimento e Monitorização do Cliente:** o BI tem políticas e procedimentos internos que asseguram o cumprimento do dever de identificação dos seus clientes e efetua, com recurso a ferramentas informáticas, a monitorização das transações realizadas pelos seus clientes que são filtrados com regularidade por confronto com listagens relevantes para identificação de sancionados e PEP's.



- **Pessoas Politicamente Expostas (PEP's):** o BI monitoriza de forma reforçada as transações em que os clientes ou os beneficiários efetivos sejam PEP's.
- **Titulares de Outros Cargos Políticos ou Públicos:** o BI monitoriza de forma reforçada as transações em que os clientes ou os beneficiários efetivos exerçam ou tenham exercido cargos políticos ou públicos de acordo com o definido no Aviso nº 05/2017 do Banco de Cabo Verde.
- **Contas Anónimas ou Numeradas:** o BI não fornece aos seus clientes contas anónimas ou numeradas.
- **Conservação de Documentos:** os documentos relativos à identificação dos clientes, bem como os comprovativos de transações (em formato papel, ou qualquer outro), são conservados pelo período de 7 anos após a sua realização, mesmo quando a relação comercial tenha já cessado.
- **Monitorização de Operações Suspeitas:** é efetuada pelos empregados do BI através de uma abordagem baseada no risco.
- **Comunicação de Operações Suspeitas:** o BI tem políticas e procedimentos internos por forma a cumprir a sua obrigação legal de comunicar à Unidade de Informação Financeira junto do Ministério da Justiça as operações suspeitas de configurarem a prática dos crimes de lavagem de capitais ou de financiamento do terrorismo.
- **Comunicação de transações bancárias relevantes nas contas e verificação das transferências:** o BI comunica as operações bancárias relevantes superiores a 1.000.000\$00 CVE (ou menos se suspeitas) a Unidade de Informação Financeira junto do Ministério da Justiça. Os detalhes das operações de transferência (*IMT – International Money Transfer*) como o nome do ordenante e do beneficiário e morada são verificados contra as listas internacionais. O BI tem implementadas políticas e procedimentos internos de forma a cumprir com a legislação aplicável.
- **Formação:** é ministrada formação de PLC/CFT a todas as unidades, em especial às da rede comercial, sobre a deteção e o processo de comunicação de operações suspeitas.
- **Acompanhamento dos Empregados:** O BI tem implementados processos que garantem a segurança sobre a identidade, honestidade e integridade dos empregados.
- **Auditoria Independente e Revisão da Função *Compliance*:** a auditoria interna tem programas de auditoria específicos de avaliação da função *compliance* e o Gabinete de Função de *Compliance* analisa o cumprimento de todas as políticas e procedimentos



operacionais relacionados com a PLC/CFT. Os programas de auditoria e de *compliance* são aprovados pelo Conselho de Administração.

- **Banca de Correspondentes:** o BI implementou procedimentos de diligência baseados no risco que incluem o conhecimento da natureza do negócio do correspondente, a sua licença para operar, a qualidade da sua gestão, propriedade e controlo efectivo e as suas políticas de PBC/CFT e com parecer do Gabinete de Função de *Compliance*. Adicionalmente, é efectuado um contínuo acompanhamento das contas dos correspondentes. O estabelecimento de relações de correspondência, independentemente do seu grau de risco, está condicionado à deliberação da Comissão Executiva e parecer vinculativo da CGD.
- **Bancos de Fachada:** o BI não estabelece nem mantém relações de negócio com bancos de fachada, tal como definido na Lei n.º 120/VIII/2016.
- ***Payable-through Accounts:*** o BI não fornece este tipo de serviço.
- **Avaliação das transferências contra as listas internacionais:** O BI tem uma solução informática para filtrar as transferências recebidas e enviadas contra as listas da EU, UN, OFAC e outras.
- **Política de Sanções:** o BI implementou um conjunto de políticas e procedimentos tendo em vista assegurar que a Instituição não estabelece ou mantém relações de negócio, nem processa operações para/em benefício de pessoas, entidades ou países sancionados.

A Política de Sanções do BI encontra disponível no sítio da internet do BI: www.bi.cv.

5. *WOLFSBERG AML QUESTIONNAIRE*

O BI segue os princípios constantes no *Wolfsberg AML Questionnaire* relativos à PLC/CFT.

O *Wolfsberg AML Questionnaire* do BI encontra-se disponível no sítio da internet do BI: www.bi.cv.

6. *USA PATRIOT ACT CERTIFICATE*

De acordo com o *Uniting and Strengthening America by Providing Appropriate Tools Required to Intercept and Obstruct Terrorism Act 2001 (USA Patriot Act)*, poderá ser



requerido ao BI que forneça, sempre que necessário, a *Certification Regarding Accounts for Foreign Banks*.

O *USA Patriot Act Certificate* encontra-se disponível no sítio da internet do BI: www.bi.cv.

26 de Abril 2019